

FABIO GOMES DOS SANTOS

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS ADMINISTRATIVAS NO DIREITO BRASILEIRO

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2015

Copyright © 2015 by Fabio Gomes dos Santos

Categoria: Direito Administrativo

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: José Roberto dos Santos Lima

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895, de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

S237a

Santos, Fabio Gomes dos.

Audiências públicas administrativas no direito brasileiro / Fabio Gomes dos Santos. - Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2015.
xi, 236 p. ; 23 cm.

Bibliografia: p. 205-224.

Originalmente apresentada como dissertação do autor (mestrado - Universidade de São Paulo, 2013).

ISBN 978-85-8440-164-2

1. Audiências públicas - Brasil. 2. Administração pública - Brasil. 3. Direito administrativo - Brasil. I. Título.

CDD - 328.810765

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. PREMISSAS TEÓRICAS	5
1.1. Estrutura do capítulo	5
1.2. A promoção das audiências públicas no contexto administrativo contemporâneo	5
1.2.1. Configuração inicial da Administração e o Estado Liberal	6
1.2.2. Início do Welfare State	8
1.2.3. Contexto administrativo contemporâneo	10
1.3. A promoção das audiências públicas em uma democracia	15
1.3.1. Definição mínima de democracia	15
1.3.2. Democracia indireta e direta	16
1.3.3. Democracia participativa e deliberativa	19
1.3.4. As audiências públicas numa perspectiva democrática	21
1.4. Participação administrativa	23
1.5. Caracterização das audiências públicas estudadas	29
2. PRINCÍPIOS JURÍDICOS RELEVANTES ÀS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	37
2.1. Estrutura do capítulo	37
2.2. Princípios de direito administrativo e audiências públicas	37
2.2.1. Princípios expressos no artigo 37, caput, da Constituição	38
2.2.1.1. Legalidade	38
2.2.1.2. Impessoalidade	39
2.2.1.3. Moralidade	40
2.2.1.4. Publicidade	42
2.2.1.5. Eficiência	43
2.2.2. Princípios legais e doutrinários dignos de nota	46
2.2.2.1. Interesse público	46
2.2.2.2. Segurança jurídica e confiança legítima	47
2.2.2.3. Motivação	49
2.3. O caráter processual das audiências públicas	51

2.3.1. Contraditório e Ampla Defesa	53
2.3.2. Igualdade	55
2.3.3. Oralidade	57
2.3.4. Devido processo legal	58
2.3.5. Oficialidade	59
2.3.6. Gratuidade	59
3. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS ADMINISTRATIVAS NO DIREITO POSITIVO	61
3.1. Estrutura do capítulo	61
3.2. Audiências públicas no licenciamento ambiental	62
3.3. Audiências públicas na elaboração e fiscalização do plano diretor	74
3.4. Audiências públicas na regulação do setor do petróleo, gás natural e biocombustíveis	85
3.5. Audiências Públicas no planejamento orçamentário	94
3.6. Audiências públicas processos licitatórios	102
3.7. Previsões normativas adicionais sobre as audiências públicas	107
4. QUESTÕES JURÍDICAS PERTINENTES ÀS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS ADMINISTRATIVAS	113
4.1. Estrutura do capítulo	113
4.2. Produção normativa em matéria de audiência pública	113
4.3. Questões relativas à necessidade da promoção de audiências	116
4.3.1. Audiências públicas de realização obrigatória ou facultativa	116
4.3.2. Técnicas usuais para assegurar a realização de audiências obrigatórias	118
4.3.3. Necessidade da realização de audiências validamente solicitadas ..	122
4.4. Formas de participação nas audiências públicas	124
4.4.1. Participação nas audiências em sentido amplo e em sentido estrito	124
4.4.2. Qualificação jurídica dos participantes dos debates orais	131
4.5. Direitos e deveres dos participantes	135
4.5.1. Direitos dos participantes	135
4.5.2. Deveres dos participantes	140
4.5.3. Prerrogativas e deveres específicos dos responsáveis pelos debates orais	142
4.6. Possíveis medidas praticadas durante a promoção das audiências	145

4.7. Vinculação ao conteúdo dos debates	146
4.8. Consequências de anormalidades verificadas durante a promoção das audiências	152
5. FUNÇÕES DESEMPENHADAS PELAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E CONSIDERAÇÕES PRÁTICAS SOBRE SUA PROMOÇÃO	157
5.1. Estrutura do capítulo	157
5.2. Funções desempenhadas pelas audiências públicas	158
5.2.1 .Instruir a atuação administrativa	158
5.2.2 .Conferir maior publicidade à atuação administrativa.....	160
5.2.3.Possibilitar maior controle da atuação pública	161
5.2.4. Conferir maior legitimidade à atuação administrativa	164
5.2.5.Propiciar o exercício da prática democrática	166
5.3. Breve análise empírica do funcionamento dos debates orais	168
5.3.1. Material e método de pesquisa	168
5.3.2. Registro e disponibilização do conteúdo dos debates	171
5.3.3. Divulgação da realização do evento e sua transmissão em tempo real.....	174
5.3.4. Horário e Duração	176
5.3.5. Local do evento	177
5.3.6. Procedimento	178
5.3.7. Responsáveis pela condução dos debates.....	182
5.3.8. Perfil dos participantes	182
5.4. Comentários para o aprimoramento das audiências	184
5.4.1. Conferir maior publicidade ao debate público	185
5.4.2. Momento da promoção das audiências, seu escopo e conjugação com outros institutos participativos.....	190
5.4.3. Produção de normas específicas sobre audiências públicas	192
5.4.4. Melhor infraestrutura e capacidade institucional para a gestão dos debates orais	194
5.4.5. Privilegiar a natureza pública dos debates	197
CONCLUSÃO	201
BIBLIOGRAFIA	205